

Recensões

Cataldo Parísio Sículo, *Epístolas. II Parte*. Fixação do texto latino, tradução e notas de Américo da Costa Ramalho e de Augusta Fernanda Oliveira e Silva, col. «Estudos Gerais. Série Universitária», Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2005, 233 pp. + fac-símiles

Numa das cartas que formam o conjunto dos 73 textos da *Cataldi epistolarum et quarundam orationum secunda pars*, saída em Lisboa certamente em 1513 num volume impresso em caracteres góticos evidenciando um razoável cuidado tipográfico, aquela que ocupa o 42º lugar, endereçada a D. Álvaro (irmão do Duque de Bragança D. Fernando, condenado em 1483), o humanista italiano que, chamado por D. João II, já se encontrava em Portugal em 1485, confessava: «Non soleo, natura mea, longas conscribere litteras nisi ubi maxima urget necessitas» (p. 132) = «Não costumo, por minha natureza, redigir uma carta longa, senão quando urge uma necessidade muito grande». A frase deixa transparecer a faceta auto-valorizadora de Cataldo, espelhada em diversificados momentos da sua obra e, portanto, deste *corpus*, efectivamente caracterizado pelo domínio quase absoluto de textos curtos. No volume quinhentista em causa, textos longos são as duas *orationes* nº 45 e 59, já anteriormente publicadas com estudos e tradução (p. 145, n. 172; p. 177, n. 214) – textos que, por definição, não poderiam ser breves sob pena de incorrerem no menosprezo do género e da própria situação em que haviam sido proferidas –, a carta dirigida a D. Pedro de Meneses, conde Alcoutim (nº 64, p. 188) – que é a dedicatória do poema cataldiano *Martinho, Verdadeiro Salomão*, objecto já, há três décadas, de uma edição e tradução orientadas pelo Prof. Costa Ramalho, e cuja extensão se compreende dessa perspectiva enunciativa – e finalmente a referida carta a «D. Álvaro, presidente de Portugal» (D. Álvaro foi regedor da Justiça e chanceler-mor do reino, n. 149), que não deixa de ser também a manifestação caracterizadora da imagem que Cataldo busca dar de si mesmo ao longo deste conjunto de textos.

Numa outra carta, inscrita na 57ª posição (p. 172), recorre à imagem banal em escritos do tipo laudatório como são predominantemente os textos desta II Parte, para manifestar a sua dor face à «repentina desventura» de saúde que afligira D. João de Noronha, a qual não poderia ser escrita «numa folha de papel por longa

que fosse»; mas a carta é, em si mesma, de pequena extensão. E qual a razão para a angústia de Cataldo nessa circunstância? É que o destinatário, pertencente à família dos Meneses (era irmão de D. Pedro de Meneses), incorporava em si o exemplo de cavaleiro letrado que Cataldo transforma em elemento central da imagem que pretende fazer passar para o leitor ao longo deste conjunto de textos.

Na verdade, tanto nesta carta – «E não é por seres um cavaleiro muito excelente [e essa *excelência* emanava da actividade militar na guerra contra os árabes, nas praças do Norte de África, que tanta *honra* dera aos Meneses] que hás-de desprezar a língua latina», porque, para além do mais, ela «ser-te-á útil» para aquelas situações de convivialidade social junto do *príncipe*, onde convinha «não só falar de armas mas também de Letras» (p. 172) –, como naquela outra antes referida, dirigida a D. Álvaro – reportando-se à personalidade dos dois filhos do fidalgo, faz sobressair o mais novo pela sua beleza e, sobretudo, pela sua propensão para o estudo («Natus ad eloquium, doctrinas natus ad omnes qualis adhuc nullus traditur esse puer»), mostrando uma «seriedade» própria de «um ancião» (e este motivo é de certo modo recorrente nestes textos de Cataldo, como vem assinalado nas notas da presente edição), contrastando com a maneira de ser do mais velho, «entregue aos cavalos e às caçadas de lebres», afastando-se «do estudo das Letras» – Cataldo deixa patente o modelo de formação da juventude aristocrática que orientava a sua actuação como preceptor humanista na corte joanina e manuelina. Era um modelo de origem italiana, de facetas modernizantes que deviam suscitar o interesse de uma nobreza que pretendia ser ela também mais moderna, por diversas razões, entre as quais se devia contar essa aludida utilidade das Letras para o cavaleiro que tinha de estar – nesse sentido forte de ‘estar junto’, de ‘assistir’ «quer perante o César, quer perante os restantes grandes homens» (p. 173) – na companhia do monarca, como conselheiro prudente e virtuoso, conforme toda esta literatura não se cansava de sublinhar. Um modelo que bem podia situar-se como oferta muito mais valiosa do que esse outro modelo da *dignitas* do fidalgo fundada na prosápia genealógica sustentada pela violência belicosa identificada com o figurino do *cavaleiro* proposto nos *livros de cavalaria*. O empenhamento com que Cataldo enaltece as virtudes das Letras na educação da juventude aristocrática mais próxima do rei não podia estar alheado de uma intenção polémica, que passava tanto pelas pessoas em si mesmas – e o feito de Cataldo, como sempre venceu o Prof. Costa Ramalho nos seus trabalhos, não era marcado pela suavidade, nomeadamente no que dizia respeito a outros mestres de latinidade –, como por uma outra literatura marcada pelo atractivo da ficção romanesca e por isso tão procurada.

O valor da obra cataldiana não emana propriamente da sua qualidade intrínseca em termos literários, o que não autoriza a que se desvalorize a sua importância no quadro da expressão em latim renascentista. Mas, exceptuando alguns momentos mais felizes, em que o discurso ganha em vivacidade expressiva, em regra bem se lhe pode aplicar o juízo que, na introdução à presente edição, se tece a

propósito dos *Poemata* do humanista (um primeiro conjunto saído em 1502-1503 e um segundo cerca de 1513, portanto em momento coincidente com a *Secunda pars*): «O valor poético de muitas destas observações não é grande, mas o seu interesse documental é incalculável» (p. 16). Trata-se de facto de uma obra vasta e multifacetada e incontornável para um conhecimento menos apoiado em lugares-comuns que vagabundeiam (aproveitando a sugestão do sintagma «influências vagabundas» já usado por alguém) pelos manuais a propósito dos tempos de D. João II e de D. Manuel, tempos também do *Cancioneiro Geral* de Garcia de Resende e de uma boa parte da produção dramatúrgica de Gil Vicente. Ora, como mais de uma vez o Prof. Costa Ramalho evidenciou, as relações entre esses três grandes conjuntos são mais reais e significativas, do ponto de vista documental, do que se poderia imaginar há umas décadas atrás.

Neste enquadramento, atentemos no volume saído talvez nesse ano de 1513 como II Parte das cartas e de alguns discursos de Cataldo Sículo, que a presente edição disponibiliza ao leitor actual, fornecendo-lhe não só um texto latino *crítico* no sentido de cientificamente fixado tendo em atenção que os hábitos de leitura e de empaginação não são os mesmos de há 500 anos, mas também uma tradução rigorosa, conforme na introdução se explicita. O cuidado que marca a edição levada a cabo por Américo da Costa Ramalho e por Augusta Fernanda Oliveira e Silva fica ainda patenteado tanto pela inclusão das notas, índices e bibliografia, como pelos fac-símiles do volume quinhentista, que aliás o mesmo Professor havia já disponibilizado, quando em 1988 os incluíra na sua também fac-similada edição das *Epistole Cataldi*, saídas em Fevereiro de 1500, segundo o colofão. Ambas as impressões quinhentistas, pelas suas características materiais, partilham daquilo que se poderia designar como o *livro manuelino*, isto é, uma linguagem tipográfica que participa na projecção dignificadora do *príncipe*, no quadro de uma linguagem ostentatória do reinado do Venturoso que corresponde sobretudo ao período ao seu casamento com D. Maria, rainha que, não fora certamente a grande discrição que parece tê-la caracterizado, devia surgir aos nossos olhos como uma figura bem mais influente e culturalmente importante (quicá até para a actividade de Gil Vicente) do que podemos pensar. O próprio Cataldo lhe dedicou a *Visio I*, a que deve aludir na carta a D. António de Noronha (p. 200).

Mas talvez mais significativo do que esses traços materiais do livro com *Ep. II* seja o facto de, na sua organização macrotextual, se poderem anotar os seguintes traços: i) a ausência de um dedicatário (também protector); ii) ausência de um prólogo, onde se tecessem explicações elucidativas para o leitor (por ex. sobre o tipo de cartas compiladas, em termos de género, isto numa altura em que o preceptorado pedagógico humanista focava a questão, como exemplificava o caso de Erasmo); iii) o apagamento das datas e outros informes de circunstância respeitantes às missivas, com o conseqüentemente obscurecimento de elementos elucidativos do modo como os textos foram integrados no presente conjunto. São excepção as duas *orationes*

que, por terem sido objecto de edição e tradução anteriores, não são reproduzidas no presente volume: aquela que deveria ter sido pronunciada por Cataldo aquando da *entrada* de D. Maria em Santarém (nº 45, p. 144; vid. p. 117, n. 132) e a que foi lida pelo jovem conde de Alcoutim D. Pedro de Meneses na abertura do ano lectivo na Escolas, em Lisboa, em 1504 (nº 59, p. 176): como peças oratórias de ostentação da palavra, a referência nas epígrafes ao momento e ao local era elemento pertinente e valorizador.

Deixando de parte os textos mais alongados a que atrás se fez referência, o restante conjunto é essencialmente constituído por missivas pouco extensas, às vezes na forma de bilhetes, mas todas encimadas por epígrafes que obedecem à fórmula *aliquis alicui*, com o *autor* em nominativo em primeira posição e, em segundo lugar, o destinatário em dativo (e não em acusativo com *ad* por exemplo, como que a indiciar mais o interesse do destinatário do que a sua situação física de receptor da carta). Pode parecer *natural* esta modalidade enunciativa, mas importa também observar algo mais.

É que, percorrendo os textos missivos do volume, encontramos a presença de assuntos ou temas que, na maioria dos casos, diríamos de circunstância: é um Cataldo que se mostra preocupado com aspectos da sua situação material, até mesmo da sua subsistência – como as alusões às condições de alojamento e de trabalho em Lisboa ou em Santarém (carta a D. António de Noronha, p. 202), ou os problemas relativos ao recebimento dos pagamentos que lhe eram devidos, ou alguma atenção especial, como a «capa de escarlata» que D. Martinho Castelo Branco mandou pôr à sua disposição «para que, ao estudar, sentado à minha estante, vestido com ela, a usasse, por amor de si», conforme escreve ao Conde de Alcoutim (p. 192), anotação que, em sintonia com gravuras como a utilizada nesta edição, elucida da posição corporal de quem lia ou escrevia no séc. XVI –, mas ao mesmo tempo, até talvez com uma intenção mais forte ainda, um Cataldo que se quer evidenciar como familiar dos grandes, incluindo o próprio monarca; um bom exemplo é a carta «ao nobre Aires Teles» (nº 8), em que se concede a si próprio a autoridade suficiente para emitir parecer sobre a escolha de Luís da Silveira para ir a Nápoles – e nisto reside também o valor deste epistolário como documento complementar da política régia nas suas relações internacionais –, patente na afirmação «Espero e confio que este visitador [...] se há-de comportar...» (p. 41). Só quem, como ele, apreciasse mostrar e fazer valer um teia de relações podia pedir favores, solicitar protecções, interferir junto de outros, como manifesta por exemplo a carta nº 13, a Lopo da Fonseca, em que intercede a favor de um irmão de «Certa mulher, algum tanto das minhas relações», que havia «sido acusado de ter querido raptar certa jovem» (p. 53).

Ora, é precisamente esta a faceta que emana de modo mais saliente da leitura deste *corpus*: a familiaridade com os grandes, de que a própria modalidade discursiva epistolar se torna elemento significativo. Na verdade, as *Ep. II* oferecem menos momentos de reflexão literária e pedagógica do que, treze anos antes, haviam

oferecido as *Epistole Cataldi* (basta recordar a importante carta a D. Fernando de Meneses, que o Prof. Costa Ramalho editou e traduziu em *Latim Renascentista em Portugal*, 1985). Em contrapartida, enfatizam a imagem de um Cataldo que se quer *familiar* de uma nobreza elevada, interessada pessoalmente nas Letras, não só, certamente, como no caso de João Rodrigues de Sá francamente elogiado na já aludida carta ao dedicatário do poema *Martinho, Verdadeiro Salomão*, o conde de Alcoutim, D. Pedro de Meneses (p. 190/192), mas também por causa da *dignitas* que delas provinha para a sua *nobilitas*.

Efectivamente, a vinda a público do volume com esta *secunda pars* das cartas e dois discursos de Cataldo, com as características materiais referenciadas, muito embora constitua um documento de enorme valor para o conhecimento da personagem autoral e do meio em que se movia, suscita uma questão: será que o sentido intencional dessa edição deverá ver-se como tendo origem numa iniciativa protagonizada por Cataldo, como emanção de uma sua vontade própria – e nesse caso continua a ter de se estranhar a ausência de paratextos do tipo da dedicatória –, ou, distintamente, não será antes de entendê-la como iniciativa resultante da vontade de *ostentação* de uma nobreza *dignior* que, tendo presente o semantismo do termo na sua sugestão de uma *decência* ou *conveniência* intensificadas, aspirava a encontrar nas Letras um valor acrescentado ao seu fascínio pela *mostrança* como indicador do lugar que lhe competia na sociedade? Estaria um mestre de latinidade, mesmo na acepção mais modernizada de *humanista*, em condições materiais de promover uma edição só por si? Parece legítimo conjecturar que a promoção dessa impressão teve o seu ponto de partida nos ambientes que estavam cientes – a começar pelo próprio monarca – daquilo que acertadamente já foi designado como «o poder dos livros no Renascimento». Sinais que se pretendiam de tempos novos, com os «estudos de literatura» a assumirem uma dimensão mais euforicamente clássica – e, daí, mais dos nossos tempos – e menos qualificativamente diminuída tal como, na doutrina medieval, era vulgar responsabilizá-los por um «inchaço da gabança», porque «a ciência incha», dizia o autor do *Orto do Esposo*.

Se assim tiver sido, a oferta ao leitor da imagem de um Cataldo familiar e até quase íntimo de nobres que estavam muito próximos do rei, membros das genealogias das Casas de Bragança ou de Vila Real, ou então de altos funcionários, como os Alcáçovas e os Carneiros (n. 8), cujo interesse numa formação cultural *aggior-nata* não era menor, não fica certamente diminuída, mas avanta-se com bastante clareza o significado social e político da edição em si mesma, tanto por mercê de indicações relativas a algumas curiosidades letradas – de que o melhor exemplo se encontra nas duas cartas finais (nº 72 e 73), endereçadas precisamente a Fernando de Alcáçova, a propósito da invenção do vocábulo «minutal» para designar em latim uma salada, uma «herbarum olei aceti salis compositionem» (vid. n. 270) –, como por notícias respeitantes aos interesses humanistas de alguns destinatários, ou ainda pelo pedido de alguém, como o já aludido Aires Teles (a quem, nesta colectânea,

são dirigidas três cartas, de quem se proclama «Eu a trombeta sonora do teu talento, da tua justiça e das tuas virtudes e méritos» (c. 63, p. 187) e de quem no *Cancioneiro Geral* o Conde de Vimioso evoca o largo conhecimento das *Metamorfoses* de Ovídio, mas que era também uma autoridade em matéria de amor cortês) para que ele intercedesse junto do monarca no sentido de que a si, Cataldo, fosse remetido o «memoriale seu comentarium» relativo às «empresas asiáticas e africanas» (p. 113), já antes solicitado directamente a D. Manuel (nº 34) para a elaboração das «Crónicas» em que trabalhava, sem dúvida concebidas numa perspectiva fortemente celebrativa, não obstante a proclamação final da carta 64, «eu tentarei transmitir, com toda a fidelidade, aos monumentos literários, aquilo que certamente vejo e muito mais certamente que a própria realidade experimento» (p. 199). Este «re ipsa multo certius», que tinha longínquas raízes gregas – já Hecateu a proclamara –, indiciava o investimento na celebração enfática de uma matéria que fazia parte da propaganda política, interna e externa, do monarca português. Mas não podemos avaliar os resultados, porque de tais «crónicas» nada se sabe.

Este segundo conjunto epistolar transmite-nos também alguma coisa sobre a faceta de Cataldo como mestre de latinidade, como patenteia a carta nº 19, a D. Pedro de Meneses, 2º Conde de Alcoutim, escrita de Santarém, onde vivia «com espírito muito tranquilo», aplicando-se ao estudo das *Sentenças* de Pedro Lombardo e de questões de latim, gozando de uma espécie de *otium* para, por incumbência de D. Jorge, «passar para verso a Sagrada Escritura» (p. 65). Ora, a versificação, sobretudo a paráfrase em verso, do texto sagrado conhecera, nos séculos XII e XIII, uma boa difusão, orientada sobretudo para um público leitor socialmente elevado, mas não necessariamente perito no texto sacro... É por indicações como estas que a *II Pars* do epistolário cataldiano justifica o valor documental que o Prof. Costa Ramalho há anos lhe vem reconhecendo para a apreciação desse período complicado, mas rico, da história cultural portuguesa, nomeadamente em função das luzes com que ilumina algumas facetas, como o horizonte de sensibilidades variadas (culturais, religiosas) de um círculo de nobres, de alguns altos funcionários e de alguns cortesãos que *assistiam* junto do monarca, contribuindo desse modo para o fortalecimento do poder régio.

Para concluir, é indiscutível que a presente edição do segundo corpo de cartas e de dois discursos em latim humanista da autoria de Cataldo Parisio Sículo, tanto porque oferece o texto latino em condições de poder ser utilizado pelos investigadores actuais, como porque oferece também a respectiva tradução, acompanhada de notas sucintas mas esclarecedoras, a fim de que outro público mais alargado, mas não menos interessado certamente, possa utilizar destes textos com proveito, constitui um instrumento de trabalho seguro e fiável para uma visão mais corrigida do Humanismo renascentista em Portugal.

Maria Idalina Resina Rodrigues, *De Gil Vicente a 'Um Auto de Gil Vicente'*, col. «Temas Portugueses», Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2006, 397 pp.

A comemoração de centenários de personalidades ou de eventos de natureza literária tem vindo a estimular um crescente número de iniciativas no mundo universitário – mas não exclusivamente, como é óbvio e o conteúdo do volume em apreço testemunha –, mercê da diversidade de interesses que nesse ambiente germinam, suscitando momentos de reflexão e de aprofundamento da investigação. As oportunidades assim criadas fazem tanto reviver autores ou acontecimentos menos conhecidos como visitar autores ou acontecimentos já inscritos de forma muito mais forte nos meios culturais e, sobretudo na actualidade, naqueles que de uma forma ou de outra encontram repercussão na referência comunicativa.

No caso de um autor tão *conhecido* do domínio público como é Gil Vicente, sobretudo se pensarmos num público habilitado com uma cultura fornecida pela escolaridade média, a fertilidade das comemorações estende-se compreensivelmente para lá do domínio estritamente universitário, oferecendo facetas de variado grau ou nível de qualificação, por um lado reactualizando o contacto do público actual com um autor antigo, por outro traduzindo resistências a uma actualização informativa e interpretativa que emana do avanço da investigação de teor científico.

A lógica das motivações internas e da fixação dos objectivos das comemorações não se esgota, porém, na função *recordativa*, nesse sentido de renovação afectiva (do ‘coração’) de um autor ou de um evento passado, que se quer mais ou menos carregado de densidade semântica ou simbólica; pode também assentar numa *necessidade* inscrita no presente, como que a recuperar, longinquamente, a sentença ciceroniana de que a «história é mestra da vida». Dir-se-ia que, assim como no séc. XIX, a *necessidade* de reaver de forma *verdadeira* os vestígios de um passado testemunhado nas ruínas de Pompeia ou do Egipto incitou à utilização e ao aproveitamento da fotografia como processo para *fazer ver* de maneira mais *científica* – e mais democrática – a verdade desses mundos passados, assim também se poderia considerar que comemorações do tipo das vicentinas reflectem uma *necessidade* de reaver o significado de uma obra que parece espelhar de maneira muito atractiva e evidente um mundo já desaparecido, mas não totalmente indiferente ao homem medianamente culto português.

No panorama histórico-literário português dificilmente um autor *antigo* goza de uma presença e de uma familiaridade tão atractiva junto do público actual como Gil Vicente; e não só tão atractiva como *simpática*. Poderia evocar-se Luís de Camões, mas, para além do conhecimento *imposto* pela escola, a convivência do público leitor com a sua obra é globalmente mais reduzida. Compreensivelmente não se pode esperar que as *Rimas* cativem o público de hoje (mesmo já o do séc. XIX) com a mesma facilidade que os autos vicentinos são capazes de fazer; é que,

para além de outros motivos – por exemplo, um saber histórico-literário bem mais desenvolvido exigido pela obra camonianiana –, há que ter em conta que usufruir de um texto lírico implica, em regra, um tipo de leitura muito centrada na fruição pessoal, que não coincide exactamente com aquela que o teatro possibilita e dinamiza, mediante a conjugação de dois factores centrais, a *lexis* e a *opsis*, como desde a teorização literária clássica se reconhece. A *performatividade* do acto teatral transmite-se mais eficazmente para a actualidade do que a reflexão exigida por uma poesia de meditação como a camonianiana (pelo menos na sua parte mais significativa).

No caso de Gil Vicente tem-se revelado grande a latitude das interpretações textuais e cenográficas realizadas sobre os seus autos, particularmente alguns que foram dando origem a um *corpus* mais vulgarizado, que por sua vez e numa perspectiva mais cientificamente histórica não deixa também de ser bastante reductor. No entanto, há que reconhecer que, tendo consciência da diversidade dos planos em que nos situemos quanto à recepção da obra vicentina, muitas dessas interpretações, não obstante poderem ferir a sensibilidade mais rigorosa de uma crítica literária, cultural e até mesmo textual, traduzem uma vitalidade e capacidade de exploração que, no fundo, só reverte para o reconhecimento das potencialidades subjacentes à criatividade poética do autor. Ora, para além do interesse que alguns dos seus textos suscitam em terrenos como a denominada crítica social – certamente o domínio onde as derivas interpretativas mais se fazem sentir –, isto redundará sem dúvida numa forma de homenagear o autor.

O presente volume de estudos da Prof^a Maria Idalina Resina Rodrigues, não se limitando obviamente a isto, não deixa de ser também uma abordagem a esta problemática, com a enorme vantagem de que a erudição e o sentido crítico que o percorrem se tornam não só garantes do rigor interpretativo, mas também de uma sensibilidade de espectadora de teatralizações actualizadoras dos autos vicentinos.

Como personalidade histórica, Gil Vicente é um enorme mistério. Pouco se sabe da pessoa que, em início do reinado de D. João III, diz de si mesma que «faz os autos a el-Rei» – e anotar-se-á que a identificação do mandatário explicita a do destinatário, aconselhando-nos a reter que as feições *populares* deste teatro têm de ser enquadradas com um mínimo de rigor, até porque, afora aquelas peças que foram representadas diante de uma assistência um pouco mais alargada, mas sempre no círculo cortesão, muitas foram-no de certeza perante um grupo relativamente restrito de pessoas, a começar pela primeira, o «Auto de uma visitação», em Junho de 1502 –; desconhece-se onde nasceu, o que é de somenos importância, e onde terá feito a sua formação cultural – não é crível que ela tenha ocorrido exclusivamente no ambiente da corte, que era também, por função e finalidade, um local de formação cultural. Ou seja, desconhecemos quais os créditos que trazia consigo para, no início de Junho de 1502, ser encarregado de levar a cabo uma realização teatral para celebrar, de forma especial, o nascimento do herdeiro do trono. Mas desconhecemos também em larga extensão, apesar das achegas, algumas recentes,

sobre a questão – como foram levados à cena e que *cena?* – os textos de que hoje dispomos, sendo certo que eles se nos mostram na forma de *leitura*, não necessariamente coincidente com a primitiva que serviu de base ao trabalho dos actores aquando da representação original – e não foram muitos os autos representados mais do que uma vez por Gil Vicente –; isto sem falar das questões de crítica textual que esses testemunhos nos suscitam.

Mas também de crítica literária e cultural; o interesse e o valor do conjunto de estudos agora agrupados pela Prof^a Idalina Rodrigues radicam particularmente nesse plano.

Os estudos compilados neste volume centram-se em torno de Gil Vicente, algumas das suas obras, por um lado, e em torno de reflexos *vicentinos*. Os trabalhos não estão dispostos no volume pela ordem que correspondeu à sua elaboração e apresentação, mas, conforme se avisa na apresentação, pela ordem histórica dos textos estudados, tendo sempre presente a intenção de homenagear Gil Vicente; melhor, de enriquecer, no plano da aproximação científica, os «agradecimentos» de que «o nosso primeiro e talentoso dramaturgo» é merecedor.

Nesta linha de expectativas suscitadas ao leitor logo nessas páginas do «A Abrir», duas marcas autorais devem ser assinaladas: por um lado, o gosto da Prof^a Idalina Rodrigues pela metáfora do *caminho* – o leitor é com frequência convocado (na modalidade de convidado, muito mais sedutora) para acompanhar a autora a partilhar a sua vivência do texto –; por outro lado, mas em consequência deste, o repto lançado para que o leitor acompanhe (mais ainda, partilhe) as «perplexidades» e as «inquietações» – os termos surgem mais do que uma vez ao longo do volume – que são confessadas na génese de vários dos estudos agora compilados.

Esta atitude concede ao volume um *encanto* particular: é que o chamamento do leitor para o texto vicentino, como um texto vivo que deve ser também vivido – as leituras e o prazer do texto, as representações, certamente as «boas», levadas a cabo sobretudo nos tempos das comemorações –, *prende-o e constrange-o* porque tudo o que rodeia estes estudos assenta numa curiosidade e numa investigação científicas cujos créditos estão há muito consagrados. O leitor é convocado para uma espécie de visita guiada ao *parque* de uma dramaturgia vicentina, não para o conhecer todo de afogadilho, mas para contactar com alguns dos seus recantos, num percurso que vai daquilo que Gil Vicente foi (ou deve ter sido) *ontem* até àquilo que *hoje* pode e deve ser; a figura da *viagem* (deambular, viajar, caminhar) ocorre mais do que uma vez nos textos em causa.

Dentre as *inquietações* que motivaram e guiaram os trabalhos especialmente dedicados a Gil Vicente importa destacar três conjuntos: à cabeça os três primeiros estudos, centrados mais particularmente em teatro religioso – o «auto de devoção» *Sebila Cassandra*, uma peça que nos conduz muito directamente à questão daquilo que terá sido o apetrechamento cultural do autor, o seu saber poético, religioso, litúrgico, linguístico, as suas relações com a «cultura clássica», faceta

que tanta atracção tem exercido em diversos investigadores, nomeadamente a propósito desta mesma peça; mas também os *Mistérios da Virgem* e a *Barca do Inferno* –; depois os estudos direccionados para uma das dimensões mais importantes deste teatro: as festividades realizadas na corte a propósito de «despedidas» principescas. Se a dimensão religiosa ocupa tradicionalmente um lugar de maior relevo no gosto do público de «hoje», embora quase sempre em perspectivas distorcidas que levam a confundir tempos manuelinos com tempos actuais, essa outra dimensão, verdadeiramente mais *teatral*, da festa na corte, cujos contornos históricos obrigam a situar Gil Vicente num contexto menos *romântico* do que vulgarmente se imagina, constituiu sem dúvida a *circunstância* essencial do seu teatro e da finalidade de tantos dos seus textos. Por isso destaquem-se as páginas dedicadas a *Sebilla Cassandra*, por um lado, e às *Cortes de Júpiter*, por outro.

A presença de Gil Vicente no campo da dramaturgia portuguesa de quinhentos é de tal forma imponente – quase se diria *imperialista*, já que durante três décadas a mais ninguém o monarca concedeu o privilégio de fazer *teatro* para a corte – que periferiza outros autores, que emergem é certo já em tempos finais de Gil Vicente. Poder-se-ia considerar que uma parte da explicação para esse panorama decorre de um facto: os custos das representações teatrais eram elevados – criação de textos, disponibilidade de actores, adereços, músicos, dançarinos, etc. –, factor que, num Portugal que, no tempo manuelino, não tinha espaço para mais do que uma corte de dimensões apreciáveis, assumia uma importância determinante. Mas de certeza não só isto; também factores decorrentes dos contextos mentais e, sobretudo, religiosos que necessariamente sofreram modificações mais acentuadas à medida que se caminhava para meados do século. O ambiente, no que ao teatro diz respeito, na segunda metade do séc. XVI e no seguinte é distinto, naturalmente, mas os sinais *vicentinos*, inscritos num ambiente de âmbito *peninsular* muito marcado, ainda ecoavam; o penúltimo trabalho do volume deixa apontamentos nesse sentido.

Finalmente, neste sentido merece que se sublinhe um outro grupo de estudos, os dois trabalhos sobre Afonso Álvares, autor cuja actividade coincide com a fase final da vicentina: sobre o *Auto do bēauēturado señor Sātiago* e sobre o *Auto do Bemaventurado senhor Sancto António*. Autos não ligados à festa da corte, nem portanto à festa religiosa e devota da corte, os quais, para além de uma *arte poética* diferente (certamente *menor*) – não percamos de vista a elevada competência literária e poética do público de corte... –, transportam consigo focalizações temáticas distintas, com intencionalidades também diferentes. Anotem-se as preocupações de Afonso Álvares, no *Auto de Santo António*, relativas ao culto dos santos, tema que praticamente não captou a atenção de Gil Vicente.

Apesar de um incremento notório da divulgação dramaturgica por meio das edições impressas já na segunda metade do séc. XVI, incluindo as duas edições, distintas é certo quanto a incidência da censura, sempre especialmente sen-

sível à capacidade atractiva da performatividade do texto para teatro, do próprio *corpus* vicentino, e apesar da proliferação de edições avulsas, baratas e que por isso mesmo ainda mais acicatavam as sensibilidades dos censores, a verdade é que Gil Vicente desaparece do mundo editorial durante os séculos XVII e XVIII. É preciso esperar pelo séc. XIX para de novo ele ser reeditado, motivando agora uma nova atenção e uma nova vida pela mão de um outro génio dramático: Almeida Garrett. Garrett, talvez sem o saber, foi muito sensível àquela função que Aristóteles consignava na *Retórica* ao discurso: a capacidade de *fazer ver* (coisa complicada, que viveu abafada durante séculos debaixo do *ut pictura poesis* horaciano, mas que já no Renascimento italiano fora ocasionalmente revisitada). Ora, o teatro literário é o género de mais evidente capacidade *mostrativa* – para o Aristóteles da *Poética*, o mais eficaz, na modalidade trágica – Garrett, nessas suas *viagens às terras* – a paisagem e o passado – *nacionais*, regeneradoras de uma identidade liberal porque *libertada*, *descobriu* em Gil Vicente *romântico*, com as potencialidades necessárias para *fazer ver* como o *povo* podia irmanar-se com os *reis* na sentimentalidade amorosa, tomando por pano de fundo um *intersubjectividade* nacional, que, por sua vez, exigia um lugar de representação apropriado: uma legislação e um edifício. Mais tarde, Oliveira Martins haveria de *ver* de outro modo esses tempos manuelinos...

«Espicaçada» por «inquietações» – a *philomatheia* ou *curiositas* que Aristóteles definia como vontade do saber que distinguia o ser humano –, a Prof^a Idalina Rodrigues valorizou com pertinência esse momento da renovação vicentina a partir do liberalismo romântico; como valorizou esse outro momento, da sua própria experiência, de um renascimento actual do espectáculo teatral vicentino, retomado sobretudo na década de setenta do século passado, a patentear uma modernidade que pode, em muitos casos, não *respeitar* o rigor científico, mas que nem por isso deixa de ser sinal de uma vitalidade legítima.

Mas impõe-se uma outra anotação, que é também um voto de esperança: que o presente conjunto de estudos sirva de exemplo e de estímulo a que outros autores reflectam com mais algum rigor sobre a dramaturgia vicentina, para que, mesmo em publicações de cariz mais marcadamente divulgadora, evitem a repetição de juízos e conclusões que a investigação universitária, da Prof^a Idalina Resina Rodrigues, mas felizmente não só, tem vindo a produzir. Pena é que a *opinio vulgaris* se não deixe seduzir pelas suas perplexidades e inquietações e não acolha ao menos as sugestões de leitura apresentadas neste volume. Mais difícil será, certamente, imitar a vivacidade e o entusiasmo (do saber, porque da *scientia*) que animam a exposição, *virtudes* a que o leitor não pode ficar indiferente.

Bullarium Ordinis Sancti Augustini. Regesta – Vol. X: 1740-1774. Edidit Carolus Alonso, O.S.A. Romae: Institutum Historicum Augustinianum, 2006, 293 pp.

Depois da extinção das ordens religiosas em 1834, os Agostinhos apenas regressaram, ainda que com fraca expressão, a Portugal em 1973. Este demorado atraso relativamente a outras ordens mendicantes e aos Jesuítas, bem como a existência actualmente de apenas uma casa, em Santa Iria de Azóia, poderão ser convocados para esclarecer a pouca atenção que os investigadores portugueses têm dedicado a esta ordem que contou entre os seus membros com figuras tão referencialmente importantes como Frei Gaspar do Casal e Frei João Soares, ambos participantes no Concílio de Trento, Frei Aleixo de Meneses, Arcebispo de Goa e de Braga, chegando mesmo a ser vice-rei de Portugal, Frei Sebastião Toscano, autor da célebre *Mística Teologia em que se mostra o caminho para subir ao Céu conforme todos os estados da vida humana*, Frei Tomé de Jesus, confessor de D. Sebastião, que escreveu os não menos conhecidos *Trabalhos de Jesus*, ou o Beato Gonçalo de Lagos, personagem em torno da qual se organizam elementos fundamentais das identidades locais de Lagos e Torres Vedras. Já na história da missionação, para além de importantes aspectos relacionados com a evangelização de territórios ultramarinos, destacam-se na qualidade de embaixadores na Pérsia figuras como Frei António de Gouveia ou Frei Simão de Morais. Enfim, várias são as razões que justificam um alargamento dos estudos monográficos, num ou noutro caso pontuais, de investigadores como Armando de Jesus Marques, Avelino de Jesus da Costa, Carlos Moreira Azevedo, João Francisco Marques, Joaquim Oliveira Bragança, e José Marques, entre outros.

Estudos mais sistemáticos sobre os Agostinhos portugueses têm sido feitos por investigadores espanhóis, sobressaindo entre todos o nome do P. Carlos Alonso que, desde 1958 até hoje, publicou umas largas dezenas de títulos que aqui, por evidente impossibilidade, não cabe enumerar.

A mais recente publicação organizada por este investigador de Valladolid é o décimo volume da obra assinalada em título: *Bullarium Ordinis Sancti Augustini - Regesta*. Encerra-se assim uma obra que, iniciada em 1997 sob a responsabilidade editorial do Institutum Historicum Augustinianum, oferece aos investigadores um instrumento de trabalho fundamental de suma valia: os sumários das bulas e breves relativos à história da Ordem. O seu âmbito cronológico situa-se entre os anos de 1256 e 1740, sendo aquele ano significativo por corresponder ao momento da chamada grande união, altura em que Alexandre IV com a bula «*Licet Ecclesiae catholicae*», datada de 9 de Abril, cujo sumário inaugura o primeiro volume, aprovou a união das cinco congregações de eremitas que, iniciada já em 1244, foi finalmente decidida em reunião do Capítulo Geral de 1256, gerando desta forma, sob a designação de Ordem dos Eremitas de Santo Agostinho, uma nova família

religiosa sob a autoridade de um prior geral, em tudo semelhante, na organização e princípios às outras duas ordens dos Franciscanos e Dominicanos também recentemente fundadas.

Esta coleção documental integra-se numa outra, maior, designada *Fontes Historie Ordines Sancti Augustini*, cuja *Prima Séries* foi iniciada em 1976 sob o título de *Registra Priorum Generalium*. Conta já vinte e dois volumes, abarcando os anos de 1357 a 1586. Mais tarde, em 1990, dava-se início à publicação da *Séries Alterna* dedicada a Epistolários e outras fontes que incidindo para já nos séculos XIII a XVI se distribui por quatro volumes.

Os volumes aqui noticiados obedecem naturalmente a uma organização cronológica, individualizando por capítulos, em número variável consoante o volume da expedição saída da Chancelaria Apostólica, os pontificados a que respeitam os sumários. Para além de um prólogo esclarecedor dos temários mais relevantes para o período em causa, cada volume apresenta a suma valia de o autor oferecer uma criteriosa bibliografia específica para a época e assuntos a que se reportam os documentos sumariados. Por seu turno, também estes são enriquecidos com referências bibliográficas, documentais e arquivísticas facilitadoras do trabalho dos investigadores. Finalmente, um exaustivo índice globalmente organizado (temático, onomástico e toponímico) permite que facilmente se identifiquem os documentos relevantes para o que se pretende estudar.

Tratando-se de uma obra extensa não nos propomos uma detalhada visita ao interior de cada volume. Todavia, a título meramente ilustrativo da sua importância global, frequentámos mais demoradamente o quinto volume, relativo aos anos de 1572 a 1621. Nele, com particular interesse não só para a história da Ordem, por se tratar de um período coincidente com a criação e expansão da Congregação da Índia Oriental, como também para a história religiosa de Portugal, encontrámos trinta e duas referências a Frei Agostinho de Castro e vinte e uma ao já assinalado Frei Aleixo de Meneses.

Finalmente, na impossibilidade de salientar aqui os interessantíssimos elementos que se podem colher em cada volume, fixámos a nossa atenção no de recentíssima publicação. Como é esclarecido no prólogo pelo autor, trata-se do volume que encerra a obra, pois a partir de meados do século XVIII a grande maioria das decisões relativas ao governo das ordens religiosas é tomada pelas congregações romanas sem necessidade de confirmação por letra papal, como o confirmam os documentos emanados pelos priores gerais. Neste volume, balizado entre os anos de 1740 e 1774, conta-se, com relevância para a história da Ordem em Portugal, um total redondo de duas dezenas de documentos entre os quais salientamos os relativos aos Agostinhos Descalços ou as significativas referências, entre outros, a Frei Miguel de Távora, Frei António de Távora, Frei Eugénio Triqueiros ou Frei Inácio de Santa Teresa.

A encerrar cumpre um justíssimo louvor e agradecimento ao P. Carlos Alonso pelo facto de, ao longo das últimas cinco décadas, ter realizado ímpares estudos e dado a conhecer valorosíssimas fontes documentais muitas delas relativas à significativa presença nos territórios asiáticos de uma ordem religiosa até agora pouco estudada, a dos Eremitas de Santo Agostinho, permitindo desta forma renovar perspectivas e temáticas da história religiosa portuguesa e da missão no Império Português.

Jorge Gonçalves Guimarães

E. P. Sanders, *A Verdadeira história de Jesus*. Tradução de Teresa Martinho Toldy e Marian Toldy, Lisboa, Círculo de Leitores, 2006, 366 pp.

Editado em língua inglesa, no ano de 1993, com o título *The Historical figure of Jesus*, pela *Penguin Books Ltd* (ISBN 0-14-014499-4), saiu recentemente do prelo com a chancela do Círculo de Leitores e licença da Editorial Notícias. O título desvia-se do original e, em minha opinião, desvirtua, claramente, quer o sentido literal do primeiro, quer a concepção historiográfica subjacente à obra. O autor não teve a pretensão de encontrar e de contar a verdade acerca de Jesus Cristo, mas, como se frisarà adiante, a de contextualizá-lo no seu tempo e no seu espaço, no processo histórico específico em que, se tem como certo o seu nascimento, a sua infância e adolescência, a sua acção e a sua morte. Desconhecemos se a proposta de título partiu das tradutoras, ou da Editora, mas este reparo crítico impõe-se e dirige-se a quem tal cogitou.

A rigorosa simplicidade do título original espelha o modo de pensar e de operar do norte-americano Ed Parish Sanders (nascido em 1937 em *Grand Prairie*, Texas), formado pelo *Wesleyan College*, em *Fort Worth* (1955-1959) e pela *Perkins School of Theology at Southern Methodist University*, em Dallas (1959-1962)¹.

Do seu *curriculum vitae* constam vários traços marcantes. Estudou um ano (1962-1963) em *Göttingen*, na Universidade de Oxford e em *Jerusalem*. Entre Setembro de 1963 e Maio de 1966, desenvolveu estudos para o seu doutoramento na *Union Theological Seminary*, de Nova Iorque, tendo apresentado uma tese *The Tendencies of the Synoptic Tradition*, publicada em 1969 e na qual utilizou o criticismo para examinar se a tradição dos evangelhos sofrera uma mudança consistente. Trabalhou como professor, na Universidade *McMaster*, em *Hamilton*, Ontário,

¹ Ver Ed Parish Sanders. In http://en.wikipedia.org/wiki/E,_P,_Sanders[consultada em 15.2.2007].

entre 1966 e 1984. Em 1968, ganhou uma bolsa de estudo do *Canada Council*, que lhe permitiu passar um ano em Israel a estudar o judaísmo rabínico. Em 1984, foi Professor de Exegese como *Dean Ireland's* na Universidade de *Oxford* e Bolsheiro do *Queen's College*, bem como professor visitante e leitor, no *Trinity College*, em Dublin, e na Universidade de *Cambridge*. Mudou-se para a Universidade de *Duke*, Carolina do Norte, em 1990, onde exerceu a função de Professor de Artes e Ciências da Religião até se reformar em 2005. Atingiu a notoriedade como estudioso do Novo Testamento e principal proponente de uma nova perspectiva sobre São Paulo.

Não admira, pois, que o seu principal livro se intitule *Paul and Palestinian Judaism*, publicado em 1977, embora o tenha escrito em 1975. Esta demora na edição ficou a dever-se à natureza controversa da tese defendida e alguma resistência à sua impressão. Para Sanders, a opinião tradicional de que São Paulo se opôs ao legalismo rabínico resulta de uma leitura equivocada do judaísmo e do pensamento do apóstolo, na qual emerge um nível de individualismo que não estava presente e a desvalorização das noções de benefício do grupo ou de privilégio colectivo. Argumenta, por isso, que a crença judaica consistiu num *nomismo* (de *nomos*, lei) *oblativo*: com Abraão ficou garantida a oblata, oferenda ou contribuição devida a Deus e, ao mesmo tempo, permanecia o respeito pela Lei. A crença de Paulo, na leitura de Sanders, poderá designar-se de *escatologia participativa*: a única maneira de alguém pertencer ao Povo de Deus era através da fé em Cristo (“morrer por Cristo”) e, assim sendo, a tradicional oblata, ou oferenda em dinheiro, já não era suficiente. São Paulo entendia necessário um comportamento adequado regido pela Lei judaica, mas sem que esta fosse seguida em todos os seus aspectos. Nos dois modelos é requerida a graça de Deus para a escolha ou admissão e essa mesma graça suporta ou legitima o comportamento individual, pelo que a linha divisória consiste, apenas, na insistência, de Paulo, na fé em Cristo como a única via de escolha. A divergência com o modelo judaico tradicional fez-se sem ruptura, mas num quadro comum de valores e princípios de organização da vida pessoal e pública.

Um outro trabalho importante de Ed Sanders intitula-se *Jesus and Judaism* (1985) e nele defende a perspectiva de que Jesus Cristo começou como discípulo de João Baptista e era profeta da restauração de Israel, criando, assim, um movimento escatológico judeu mediante a sua acção junto dos apóstolos, as prédicas e as intervenções concretas. Após a sua execução, os seguidores continuaram esse movimento à espera do seu regresso para restaurar Israel, parte do qual incluía a veneração dos Gentios pelo Deus de Israel. Para Sanders, não houve uma acentuada oposição entre Jesus e os Fariseus, havendo por parte dele um pleno respeito pela Lei. Jesus não transgrediu a lei judaica e os seus seguidores continuaram a manter essa posição, tendo prosseguido seus rituais no Templo.

Em *Judaism: Practice and Belief*, publicado no ano de 1992, o autor examinou as actuais práticas do Judaísmo e considera existir um “Judaísmo comum”, cuja crença e práticas são extensivas a todos os judeus, independentemente do partido ou facção a que pertençam. Havia, após o reino de Salomé Alexandra, o partido dos Fariseus, que, embora muito pequeno, era bastante respeitado e exerceu forte influência no Judaísmo, sem que tenha imposto uma orientação política a quaisquer outros grupos ou indivíduos. No entanto, a força maior foi detida pelos Saduceus, grupo aristocrático de sacerdotes, que exerceram uma governança mais efectiva.

Na opinião de Ed Sanders urge incentivar estudos comparativos que permitam explorar, com proveito, as relações entre o Novo Testamento, a História Antiga e o acervo disponível de fontes antigas. Não há dúvida que, tendo em conta o conjunto da sua obra (livros e artigos²), esta orientação estratégica foi claramente seguida e um dos efeitos imediatos, que ela proporciona, é a fruição de um olhar renovado e, ao mesmo tempo, mais seguro sobre a pessoa de Cristo, a sua missão transcendental e a conjuntura histórica que lhe dá espessura e concretude.

Sem excluir, obviamente, o peso indiscutível de toda a obra produzida até agora pelo autor, não hesito em considerar o livro *The Historical Figure of Jesus* (mantenho-me fiel ao título original) como um indispensável contributo para a constituição desse olhar renovado e seguro, através do qual Jesus Cristo emerge humanamente ao nível de uma bimilenar linha de tempo, onde nos situamos também, onde podemos encontrá-lo e onde, a partir daí, somos conduzidos ao âmago da sua missão em prol do Reino de Deus. Fazendo, aliás, uma espécie de *zoom* dessa linha de tempo, concentrando o foco numa escala temporal mais curta, que consta, aliás, da tabela cronológica (pp. 9-10) que surge logo no início da obra, deparamos, em 587 a. C., com a conquista de Jerusalém por Nabucodonosor e os líderes judaicos são exilados em Babilónia; de 559 a 332 decorreu o domínio persa na Palestina; em 538 teve início o regresso a Jerusalém; entre 520 e 515, foi feita a reconstrução do Templo; Alexandre Magno conquistou a Palestina em 333-332; cerca de 300 a 198, a Palestina ficou sob a égide de Ptolomeu do Egipto; de 198 a

² Além dos três destacados e do aqui recenseado há ainda a referir: *The Tendencies of the Synoptic Tradition*. Cambridge: University Press, 1969 (ISBN 0-521-07318-9); *Paul, the Law and the Jewish People*. Augsburg Fortress Publishers, 1983 (ISBN 0-8006-1878-5); *Studying the Synoptic Gospels*. SCM Press, 1989, com Margaret Davies (ISBN 0-334-02342-4); *Jewish law from Jesus to the Mishnah*. SCM Press, 1990 (ISBN 0-334-02102-2); *Paul*. Oxford Paperbacks, 1991 (ISBN 0-19-287679-1); *Paulo: a very short introduction*. Oxford Paperbacks, 2001 (ISBN 0-19-285451-8); “Jesus’ Galilee” Fair play: diversity and conflicts in early christianity. In *Essays in Honor Heikki Räsänen*, eds. Ismo Dunderberg, Kari Saareni, Christopher Tuckett. Leiden: Brill, 2001, 3-41; e “Jesus’ Relation to Sepphoris”. In *Crosscurrents of culture*, eds. Rebecca Martin Nagy, Eric M. Meyers, Carol L. Meyers and Zeev Weiss. Raleigh: North Caroline Museum of Art, 1996, 75-79.

142 sob Selêucidas da Síria; de 175 a 164, o território palestino fica sob o ceptro de Antíoco IV (Epifânes), rei da Síria; em 167, ocorre a profanação do Templo e começa a revolta dos Asmoneus (Macabeus); de 166 a 142, os Asmoneus combatem pela autonomia local; de 142 a 137 é o período de hegemonia dos Asmoneus; em 63, Pompeu conquista a Judeia; de 63 a 40, Hircano II é o sumo sacerdote e o etnarca; de 40 a 37, o sumo sacerdote e rei é Antígono; de 37 a 4, Heródes Magno, rei; em 31, deu-se a batalha de Actium e Octaviano (mais tarde Augusto) torna-se imperador romano; de 4 a. C. a 6 d. C. , o etnarca Arquelau administra a Judeia; de 4 a. C a 39 d. C. , foi o administrador da Galileia e da Pérsia; cerca de 4 a. C. , nascimento de Jesus de Nazaré; de 6 a 41, a Judeia foi governada por prefeitos romanos; em 14, Tibério sucede a Augusto como imperador; cerca de 18 a 36, José Caifás foi o sumo sacerdote do judeus; de 26 a 36, o prefeito da Judeia foi Pôncio Pilatos; cerca de 30, morte de Jesus; em 37, Gaio (Calígula) sucede a Tibério como imperador; em 41, Cláudio sucede a Gaio; de 41 a 44, Agripa I, rei, governa o anterior reino de Herodes; de 44 a 66, a Judeia, a Samaria e uma parte da Galileia sujeitas ao governo de procuradores romanos; de 48 a 66, Agripa II recebeu uma parte do reino de seu pai; de 66 a 74, desenrolou-se a revolta dos judeus contra Roma; e, em 70, a queda de Jerusalém e a destruição do Templo.

Datas mais ou menos aproximadas e certas, acontecimentos e personagens do contexto espacio-temporal, anterior e posterior ao nascimento de Jesus de Nazaré, amarram este personagem maior e central da narrativa a uma busca de autenticidade, assumida que é, no princípio do Prefácio, a enorme incerteza que ameaça essa busca de conhecimento histórico: *A maioria dos investigadores que escrevem sobre o mundo da Antiguidade sente-se obrigada a avisar os seus leitores de que o nosso conhecimento do objecto, na melhor das hipóteses, é incompleto e de que raramente se chega a uma certeza* (p. 11). Um aviso que se aplica, por maioria de razão, a um estudo monográfico sobre Jesus quando toda a informação respeitante procede *de livros que foram escritos algumas décadas após a sua morte, provavelmente, por pessoas que não faziam parte do círculo daqueles que o seguiram em vida* (p. 11). No entanto, a falta de informação e dos textos existentes possuírem uma clara intenção laudatória, Sanders insurgiu-se contra a tese dos exegetas do Novo Testamento, tecida e mantida durante décadas (de 1910 a 1970), de que nada sabemos ou podemos saber do Jesus histórico. O livro, que decidiu escrever, ergue-se contra esse exagero, bem como contra à reacção oposta de exegetas mais recentes, autores de *afirmações precipitadas e infundadas sobre Jesus – hipóteses sem provas que as sustentem* (p. 12). A aposta de Sanders consistiu, afinal, em ver os Evangelhos como uma fonte histórica útil, em lê-los e relê-los, em extrair deles um máximo de verossimilhança (o termo verdade é raramente usado pelo Autor, numa prova de apreciável seriedade e humildade científicas) com a determinação e a paciência extremas, capazes de gerarem algum fruto: *Este livro apresenta as dificuldades e os resultados bastante modestos, que considero simultaneamente fun-*

damentais e relativamente seguros – bastante seguros, tendo em conta os nossos restantes conhecimentos da Palestina antiga, em geral, e das figuras religiosas do judaísmo, em particular. Sabemos muito sobre Jesus, muito mais do que sobre João Baptista, sobre Teudas, sobre Judas, o Galileu, ou sobre qualquer outra das figuras cujos nomes conhecemos e que são, mais ou menos, da mesma época (p. 12). E por sabermos mais sobre Jesus do que sobre João Baptista ou Judas, parafraseando as suas próprias palavras, Sanders ousou abordar Jesus Cristo como um ser humano, que viveu numa determinada época e num determinado local, reunindo provas e explicações *tal como qualquer historiador que escreve sobre uma figura histórica* (p. 16). Mais ainda: este enfoque historicista não diminuiu a importância da teologia ao longo do livro, mas com a nuance de que a *teologia do próprio Jesus e as teologias dos seus primeiros seguidores constituem questões históricas, que devem ser exploradas da mesma maneira como se investiga o que Jefferson pensava sobre a liberdade, o que Churchill pensava sobre o movimento operário e sobre as greves de 1910 e de 1911, ou o que Alexandre Magno pensava sobre a reunião dos Gregos e dos Persas num só império, bem como o que pensavam os seus contemporâneos sobre estes grandes homens* (p. 16-17).

A declarada e assumida intenção do Autor projecta-se de forma cristalina na estrutura da obra. Da *Introdução ao Apêndice II: discípulo de Jesus (o Apêndice I: cronologia, p. 351-362, consiste num texto sobre a complexa problemática da fixação de datas seguras para a Antiguidade)* foi dada uma numeração sequencial, que apenas deixou de fora as Abreviaturas, a Tabela cronológica (atrás enfatizada) e o Prefácio.

Entrando no *corpus* da narrativa, há um conjunto inicial de capítulos destinados a explicar ao leitor tanto a base acumulada e depurada de conhecimento histórico necessário a um enquadramento do leitor, como as prevenções e as operações metodológicas empregues no (re)encontro com o Jesus histórico, a saber: 2. Esboço da vida de Jesus (p. 25-30); 3. Situação política (p. 31-53); 4. O judaísmo como religião (p. 55-74); 5. Fontes externas (p. 75-94); 6. Os problemas das fontes primárias (p. 85-107); e 7. Dois contextos (p. 109-131).

Os capítulos seguintes desvendam-nos, na conjuntura histórica até aí devidamente delimitada e caracterizada, o Jesus teólogo, posto por Mateus, Marcos e Lucas no *contexto da história da salvação judaica* (p. 130) e tendo Sanders encontrado *provas de que Jesus tinha uma posição crítica em relação a algumas das suas próprias tradições, apesar de acreditar na sua premissa fundamental (que o Deus de Israel salvaria o seu povo)* (p. 130): 8. O cenário e o método do ministério de Jesus (p. 133-149); 9. O início da missão de Jesus (151-172); 10. Os milagres (p. 173-215); 11. A vinda do reino (p. 217-239); 12. O reino: Israel, gentios e indivíduos (p. 241-248); 13. O reino: inversão de valores e perfeccionismo ético (p. 249-258); 14. Controvérsia e oposição na Galileia (p. 259-295); 15. A forma como Jesus encarava o seu papel no plano de Deus (p. 297-310); 16. A

última semana de Jesus (p. 311-341); e 17. Epílogo: a ressurreição (p. 343-349). É neste bloco de capítulos que, a par da análise minuciosa de certos factos e acções atribuídas a Jesus, nas fontes principais (os Evangelhos), perpassa o seu pensamento teológico, sendo configurada historicamente a dimensão espiritual da sua mensagem religiosa. Ela surge entrelaçada no pensamento teológico de Jesus, e Sanders não se preocupou em destacá-la. Esta observação faz, no entanto, sentido numa recensão destinada a uma revista especializada em História da Espiritualidade. E, por isso, a leitura do livro teve em conta este aspecto, e chama-se a atenção do leitor para um núcleo formado pelos capítulos 9, 10, 11 e 15, de onde me atrevo a extrair uns excertos que são sugestivos e estimulam o leitor a ir mais além: (1) *Quando Jesus foi acusado de expulsar demônios em nome de Belzebu, respondeu: “Se é pelo Espírito de Deus que Eu expulso os demônios, então o Reino de Deus chegou até vós” (Mt 12, 28). Repare-se tanto na proclamação como no “se”. Podemos ver o reconhecimento de que os milagres, em si, não provavam a presença ou a chegada iminente do Reino, mas só o faziam se Jesus actuasse com a força do Espírito. Não há dúvida de que ele pensava que o fazia com esta força* (p. 214); (2) Em relação ao “Reino de Deus”, que haveria de chegar, Jesus não quis fazer descrições exactas do mundo que estava prestes a chegar, mas não pensava que neste não haveria senão espíritos incorpóreos. Pelo contrário, ele esperava uma era nova e melhor, na qual os seus discípulos – e, por conseguinte, ele próprio – desempenhariam um papel decisivo (p. 238); (3) *Na realidade, a verdadeira pretensão de Jesus pode ter sido mais elevada: não só o porta-voz de Deus, mas o Seu vice-rei e isto não só num reino político, mas no Reino de Deus* (p. 302).

Termino esta já longa recensão, produto de uma leitura deliciosa e rica, com dois comentários diferentes e complementares. Primeiro, Sanders, ou alguém por ele, e baseando-se neste *The Historical figure of Jesus*, deveria escrever, para um público vasto, que este livro naturalmente não atinge, dada a sua densidade crítica e analítica, mais uma Biografia de Jesus, mas agora deste Jesus histórico reconstituído minuciosamente pelo maior especialista americano na investigação sobre a vida de Jesus (opinião expressa de John B. Meier). Segundo, é metodologicamente indispensável que a investigação sobre a espiritualidade cristã saiba aproveitar e reutilizar a pesquisa que este livro de Sanders e uma parte substancial da sua obra condensam. O próprio Sanders adverte e dá a “chave” do seu método historiográfico, quase no final do cap. 19: *Em consequência disto, é necessário um trabalho preliminar e minucioso para penetrar através das camadas da devoção cristã e para recuperar o núcleo histórico* (p. 349).